

GOIÂNIA E A REDE URBANA REGIONAL: algumas considerações sobre centralidade e gestão do território

Leonardo de Castro Araújo
Universidade Federal de Goiás – UFG
Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia
leo.dcastro.geo@gmail.com

Resumo

O presente trabalho pretende apresentar algumas considerações sobre a dinâmica territorial de Goiânia no contexto regional. A abordagem desenvolvida é delineada a partir de uma perspectiva de estudo de rede urbana, tomando como referência as questões que envolvem a centralidade e a gestão do território desenvolvida pela metrópole goiana. Os resultados apontam para a formação de uma área de influência regional que abrange parte do meio norte do país, assim como na consolidação em Goiânia de um quadro de emprego e renda que acompanha sua função regional de metrópole. Assim, a função desempenhada por Goiânia deve ser compreendida a partir na percepção da própria dinâmica territorial da região.

Palavras-chave: Rede urbana. Centralidade. Gestão do território. Goiânia.

GOIÂNIA AND THE REGIONAL URBAN NETWORK: SOME CONSIDERATIONS ON CENTRALITY AND TERRITORY MANAGEMENT

Abstract

The purpose of this paper is to present some considerations about the territorial dynamics of the city of Goiânia under the regional context. The approach developed is outlined from an urban network study perspective, with reference to issues involving the centrality and territory management developed by this metropolis. The results point to the formation of an influential regional area that covers part of the middle-north of the country, as well as in the consolidation of Goiânia in a picture of employment and income that follows its regional role as metropolis. Thus, the role played by Goiânia should be understood from the perception of the region's own territorial dynamics.

Keywords: Urban network. Centrality. Territory management. Goiânia.

Introdução

Ao longo do desenvolvimento da região Centro-Oeste, inúmeros projetos de intervenção estatal foram implantados. Pretendia-se inserir o Centro-Oeste no circuito capitalista

desenvolvido no Sul e Sudeste brasileiro, sobre o discurso de integração e modernidade. Surgiram inúmeros projetos e políticas desenvolvimentistas, dentre elas, no estado de Goiás, ergueu-se o projeto de uma nova capital, com os objetivos de difundir a modernidade e o desenvolvimento no estado.

De início, a construção de Goiânia não representou a “pujança econômica” esperada para Goiás. Porém, a longo prazo, principalmente com a expansão da rede técnica de circulação convergente para Goiânia e Brasília, a capital goiana desponta como uma das principais centralidade do meio norte do país, tornando-se a “cidade referência” tanto no campo político, econômico e cultural. Portanto, Goiânia emerge como principal centro de gestão do território goiano, articulado a uma rede de relações que parte, de um lado, dos principais centros da região Sudeste e de outro, de centros de menor nível, no Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país.

A capital goiana concentra um grande contingente populacional, inúmeras indústrias, escritórios, universidades, além de ser a sede dos poderes do estado. A dinâmica territorial da cidade fortaleceu os setores terciários, expandindo seu raio de atuação para além dos limites estaduais. Do ponto de vista regional, Goiânia é a grande referência na oferta de bens e serviços especializados e na obtenção de serviços públicos.

Portanto, a proposta do presente trabalho pauta-se na discussão da centralidade e da gestão do território desempenhadas por Goiânia, tomadas como essenciais na tarefa de interpretar a dinâmica territorial da rede urbana. A parte final do trabalho procura evidenciar o setor terciário, analisando o impacto e a significação do setor para o município de Goiânia e região, além de avaliar o alcance espacial da atividade de oferta de bens e serviços dentro do território nacional.

Centralidade e gestão do território: uma aproximação conceitual

Para iniciar o debate entre centralidade e gestão do território, uma premissa deve ser levantada de imediato: tratam-se de categorias complementares, uma vez que o exercício da gestão do território se dá a partir da centralidade. Porém, não se trata de qualquer centralidade ou qualquer exercício de gestão territorial, trata-se especificamente do papel desenvolvido, neste contexto, pelas cidades. Os estudos de rede urbana, e mais recentemente sobre o conceito de cidade-região, são instrumentos metodológicos importantes para a presente proposta.

A questão da centralidade está presente na própria fundamentação teórica do conceito de cidade pautada na sua capacidade de atrair e/ou centralizar. Em uma tentativa de formular um parâmetro conceitual de cidade universal, ou seja, passivo de uso em qualquer tempo e espaço, Souza (2010, p. 24) defende a ideia de centralidade como elemento essencial das cidades, seu atributo único, que as diferenciam de outras organizações socioespaciais semelhantes, como uma vila ou uma aldeia. É importante, no entanto, ressaltar que uma cidade é muito mais que uma centralidade, sua realidade envolve uma gama de variáveis difíceis de serem apropriadas por um único conceito.

A centralidade de uma cidade está relacionada com sua capacidade concentrar e atrair. Goiânia, por exemplo, concentra o poder político e administrativo do estado de Goiás. Concentra também várias unidades de comércio (shopping center, concessionárias de veículos automotores, lojas de vestuário, etc.) e de serviços (agências de bancos, fórum, consultorias, cinemas etc.) e uma significativa rede de infraestrutura de circulação (rede de transporte e de informação). Goiânia concentra também um grande contingente populacional e, conseqüentemente, um grande mercado consumidor.

Ligado a esses atributos de concentração, a cidade exerce também a função de atração e nesse quesito a de se considerar a questão regional. Uma cidade atrair pessoas em busca de mercadorias, serviços, empregos, educação etc., atrai também mercadorias de mais diversa natureza, atrai empresas, capital e investimentos. Mas uma cidade também dispersa. Dispersa mercadorias, informações, capital, decisões empresariais e influência. Portanto, a centralidade de uma cidade pode ser avaliada pelos atributos de concentração, atração e dispersão. É óbvio que esses atributos não estão localizados homogeneamente pelo tecido urbano, tendem a se fixar nas áreas centrais que se constituem “no foco principal não apenas da cidade mas também de sua hinterlândia” (CORRÊA, 2005, p. 38).

Na perspectiva geoeconômica, "a centralidade de uma cidade [...] é função, acima de tudo, de sua capacidade de ofertar bens e serviços para outros centros urbanos" (SOUZA, 2010, p. 57). Essa relação é dada a partir do desenvolvimento da rede urbana que será tratada aqui como um "conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação de valor excedente" (CORRÊA, 1994, p. 87). Dessa forma as cidades são centros de acumulação de capital tendo como maiores expoentes as metrópoles.

As metrópoles são as principais "peças" da rede urbana. São os grandes centros de gestão e acumulação capitalistas. Como afirma Castells (1983, p.58) "o que caracteriza uma

metrópole é a influência que ela exerce, em termos funcionais, econômicos e sociais num dado conjunto territorial, isto implica que uma metrópole insere-se, portanto numa rede urbana". Essa influência é compreendida como um conjunto de forças - econômicas, políticas, culturais, etc. - emitidas pelas metrópoles, capaz de, em diferentes níveis, interferir na organização socioespacial de uma determinada porção do território. É o que acontece, por exemplo, em regiões metropolitanas.

Essa influência da metrópole está diretamente relacionada com sua condição de centro de gestão do território. Este encaminhamento se desenvolve principalmente no campo econômico - mais especificamente no campo da gestão empresarial e da produção. Segundo Spósito (1998, p. 29) a gestão do território se dá "por meio das decisões tomadas por empresas, cuja dinâmica de gestão se delibera a partir dos grandes centros urbanos, mas inclui, em suas estratégias de atuação, decisões que se concretizam em outros centros urbanos". Em uma abordagem semelhante, porém mais ampla Corrêa (1996, p. 25) argumenta que:

O centro de gestão do território caracteriza-se, em realidade, por ser um centro onde tomam-se decisões e fazem-se investimentos de capital que afetam direta e indiretamente amplo espaço. Controlam assim a organização espacial de um dado espaço, influenciando a gênese e a dinâmica produtiva, o nível de empregos diretos e indiretos, os impostos, a mobilidade demográfica, as transformações demográficas, as transformações no uso do solo e na paisagem, assim como a política local e o modo de inserção no uso das cidades na rede urbana sob seu controle.

Esses encaminhamentos nos direcionam para duas questões importantes: primeiro, a realização da gestão do território por um centro urbano de nível metropolitano pressupõe a existência de um meio técnico superior, capaz de atender a uma variedade de funções e atividades desenvolvidas. O progresso técnico, como adverte Castells (1983, p. 54), é frequentemente tido como a base das metrópoles. Segundo, a gestão do território pode ser efetivada a partir de ações diretas - como as decisões empresariais ou político-administrativas, por exemplo - e indireta pela própria dinâmica territorial da metrópole - fluxo de emprego, deslocamentos pendulares, dinâmica fundiária e imobiliária, etc. - que de uma forma ou de outra controlam ou influenciam em algum aspecto a formação territorial de outras localidades sobre seu campo de influência.

Portanto, centralidade é uma condição para a efetivação da gestão do território por um centro urbano. Os centros urbanos concentram atributos técnicos, políticos, econômicos e

sociais que são essenciais para o desenvolvimento de inúmeras atividades e funções de alguns seguimentos. Essas atividades e funções são "espalhadas" pelas áreas de influência das cidades, em diferentes níveis, e a partir desse "entrelaçamento" as cidades exercem a gestão do seu espaço de influência.

Porém, cabe ressaltar que a cidade não é dotada de autonomia, de autogestão. As cidades são produtos sociais de seus atores sociais, dessa forma a rede urbana, na verdade é uma rede social, assim como uma área de influência de uma metrópole é igualmente uma área de influência social. Da mesma maneira, Goiânia não "gere" a região. A gestão do território se dá por meio de alguns poucos "atores" que munidos das condições favoráveis cedidas pela metrópole, por exemplo, tomam decisões e ações que repercutem no âmbito regional. Por isso, a ação territorial deve ser analisada à luz dos mecanismos políticos e jurídicos (ARRAES, 2013, p. 196).

A questão da centralidade e da gestão do território são fundamentais para a compreensão dos papéis desempenhados pelas cidades no contexto regional. Essa é a proposta do presente trabalho, elaborar algumas considerações sobre Goiânia, do ponto de vista regional, partindo dos conceitos de centralidade e gestão do território, como será abordado a seguir.

Goiânia e a rede urbana regional

O estado de Goiás no início do século XX apresentava como principal seguimento produtivo a atividade pecuária. A carne bovina, por tanto, representava o principal produto de exportação, tendo como principal destino comercial o estado de São Paulo, conformando então a via de integração de Goiás como o centro dinâmico do país (ESTEVAM, 1998, p. 108). Em um sentido oposto, partia de São Paulo para Goiás, grande parte das manufaturas presentes no estado. Percebe-se, neste quadro, o desenvolvimento de uma rede de relações desiguais, uma vez que havia pouca agregação de valor a carne bovina goiana em contrapartida as manufaturas paulistas. Esse exemplo corrobora com as definições elaboradas por Corrêa (1994) ao desenvolver o conceito dos "dois ciclos de exploração" da rede urbana. Neste mesmo período, o triângulo mineiro também exercia grande influência no sul goiano.

Este cenário começa a ser alterado a partir da construção da estrada de ferro no sudeste goiano e a respectiva extensão da linha até Leopoldo de Bulhões e Anápolis. Posteriormente com os projetos de integração nacional que consolidaram na construção de Goiânia e de

Brasília. A expansão da fronteira agrícola também desempenhou significativo papel na transformação da rede urbana em Goiás, principalmente com a formação de "centros dinamizadores" da agricultura moderna, como coloca Peixinho (2006) ao abordar o papel do município de Rio Verde no processo produtivo da soja.

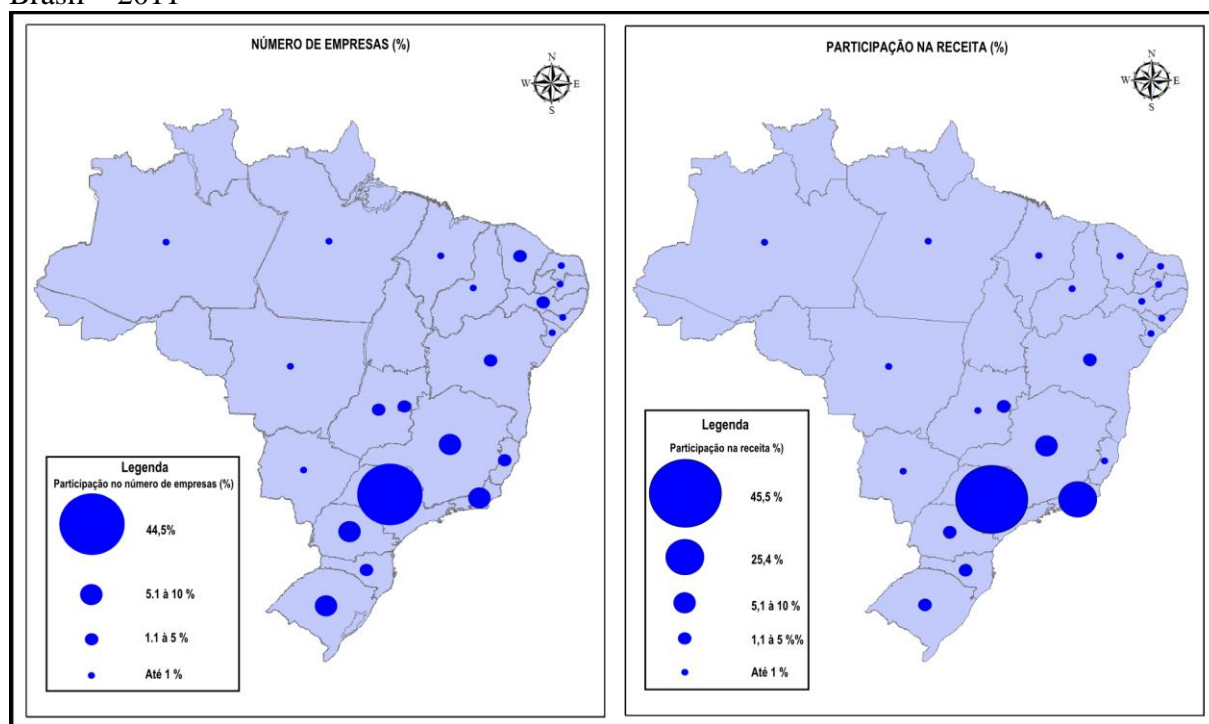
Essa breve explanação tem por objetivo situar uma importante questão no que confere a formação territorial da rede urbana do estado de Goiás na atualidade: a emergência de Goiânia e Brasília como grandes centros dinâmicos do estado e do Centro-Oeste e a manutenção de São Paulo como centro de influência externa na região. A urbanização incipiente que se desdobrou sobre o Centro-Oeste colaborou para o desenvolvimento urbano desequilibrado, com a concentração de funções urbanas em números reduzidos de centros (Leme, 2003, p. 624). A ausência de outras centralidades de maior porte favoreceram a centralidade e a concentração de Goiânia e Brasília.

Goiânia concentra boa parte da produção industrial de Goiás, principalmente nas atividades de fabricação de alimentos, bebidas, químicos, farmoquímicos, farmacêuticos, artigos de vestuário, produtos de metal e equipamentos. Porém, como assinala Arriel (2010), a atividade industrial goiana ainda é pouco complementar, mantendo grande dependência das indústrias do Sudeste. Vale ressaltar ainda que boa parte das grandes indústrias e empresas instaladas em Goiânia e Goiás, possuem suas sedes e sub-sedes em outras localidades. Assim, a gestão do território no âmbito empresarial é desenvolvida por Goiânia apenas no nível secundário, uma vez que grande parte das decisões gerenciais são orientadas de outros centros de maior nível, como São Paulo e Rio de Janeiro. É o exemplo de algumas indústrias alimentícias como a Unilever (São Paulo) e empresas varejistas como o Pão de Açúcar (Rio de Janeiro) localizadas na capital goiana.

Este fato na verdade é fruto de um processo de ocupação urbano-industrial que historicamente se concentrou nas regiões litorâneas, principalmente na região sudeste e sul do país. Ao abordar as localizações gerenciais, administrativas e produtivas, Clark (1991, p. 151-179) descreve a preferência das funções de "tomada de decisão" em localizarem-se na "capital nacional, onde as companhias industriais, as instituições financeiras e seguradoras e o governo obtêm benefícios e vantagens mútuas devido à proximidade física" (p. 162). O que se observa atualmente, no advento da globalização e do meio técnico-científico e informacional (Santos, 1994) é o deslocamento das funções produtivo-administrativas, porém a manutenção da centralidade gerencial nos grandes centros.

Essa situação pode ser observada na figura 01 que destaca a localização das sedes das mil maiores empresas do Brasil. Nota-se uma grande concentração das sedes nas regiões sul e sudeste, com destaque para o estado de São Paulo. O mesmo se repete em relação à receita das empresas, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Brasília apresenta uma boa participação no total das receitas do grupo das mil maiores empresas, porém vale destacar que boa parte dessas empresas são grandes estatais, como por exemplo Correios, Eletrobras, Itaipu Binacional, Infraero, etc., localizados no Distrito Federal e presentes na totalidade do território brasileiro.

Figura 01 - Participação dos estados no número e na receita das 1000 maiores empresas do Brasil – 2011



Fonte: VALOR 1000. Mil maiores empresas e as campeãs em vinte e cinco setores e cinco regiões. Elaborado pelo autor

A participação de Goiás neste grupo de empresas representa apenas 2.7% com um total de vinte sete empresas. Dessas empresas o aglomerado de Goiânia detêm 16 sedes, sendo que o destaque é para empresas do seguimento alimentício (LBR Lácteos Brasil, Laticínios Piracanjuba, Mabel Alimentos e Arroz Cristal), comércio varejista de eletroeletrônicos e veículos (Lojas Fujioka, Saga veículos, Suécia Veículos, Belcar Veículos e Govesa) e para fabricação e comércio atacadista de fármacos (Panpharma e Hospfar). Trata-se de grandes

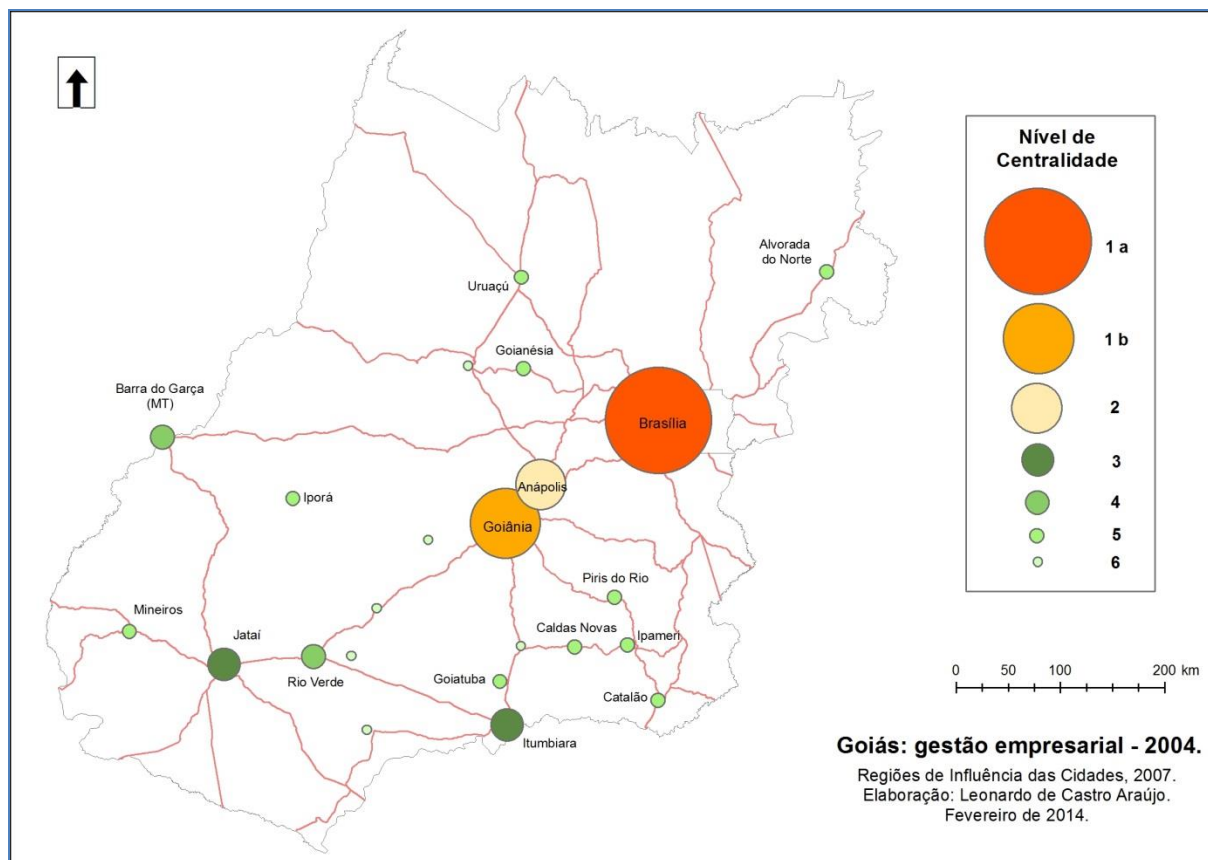
grupos com varias unidades espalhadas pelo país, formando uma rede que converge para as sedes situadas em Goiânia.

No entanto, para se definir a hierarquia dos centros empresariais não basta apenas considerar as sedes das empresas, pois a gestão do território é fragmentada e compartilhada entre vários centros, organizada por uma rede de filiais. Dessa forma, o IBGE (Regic 2007, p. 134) estabelece dois critérios básicos para a definição dos centros empresariais:

- No primeiro, para cada centro, contou-se o número de filiais (unidades locais) de suas empresas em outras unidades territoriais, e o número de unidades territoriais com filiais (unidades locais) de suas empresas;
- O segundo conjunto – também para cada centro – liga-se à sua capacidade de atração e, considerando as filiais ali instaladas, conta-se o número das sedes localizadas em outras unidades territoriais e o número de unidades territoriais onde se localizam estas sedes.

De tal modo é possível inferir a capacidade de gestão direta e indireta dos centros urbanos além de reconhecer a capacidade de atração de filiais que algumas cidades exercem, justamente pela sua posição na rede urbana. Na figura 02 é possível observar os resultados do Regic 2007 para o estado de Goiás.

Figura 02 – Goiás: gestão empresarial – 2004



Fonte: IBGE/REGIC, 2007.

De imediato o mapa apresenta duas questões sobre a gestão empresarial em Goiás. Primeiro, uma forte concentração da gestão empresarial no centro do estado, formado por Brasília, Goiânia e Anápolis. Segundo, uma cisão norte-sul dada pela presença de vários núcleos de menor nível hierárquico ao sul e simultaneamente pela inexpressividade do norte de Goiás no que tange a gestão empresarial. Ao sul de Goiás o destaque está na atuação das cidades de Jataí, Itumbiara e Rio Verde, centros urbanos do agronegócio.

Goiânia é o maior centro de gestão empresarial do estado, justamente por guardar componentes que lhe permitem acesso, comunicação e gestão de vasto território, basta que “haja conexões fáceis entre as unidades produtivas e os centros de gestão e exista a disponibilidade de trabalho qualificado e uma base técnica adequada às operações industriais” (EGLER, 1995, p.18). Gottmann (1976) chama a atenção para as “ocupações quaternárias” princípio fundamental das metrópoles que lhes garantem o cumprimento das funções empresarias fragmentadas de alto nível.

Além da concentração de indústrias, a capital goiana concentra também, no âmbito do estado, centralidade político-administrativa e demográfica. A questão da centralidade político-administrativa está relacionada a sua condição de capital estadual consolidando-se como sede das principais instituições do estado, como as secretárias, os órgãos de planejamento e pesquisa e as empresas estatais. Além das competências estaduais, a capital goiana exerce funções de gestão advindas do governo federal, vale lembrar a localização das sedes administrativas de instituições como o INSS, a Receita Federal, ou ainda as reitorias da UFG, IFG e IF Goiano, a título de exemplificação.

A centralidade demográfica está relacionada com o processo histórico de ocupação do estado de Goiás. De acordo com o Censo 2010, a população de Goiânia foi de 1.302.001 habitantes, o que representa 21,68 % da população do estado. Na variação do ano de 2000 e 2010, houve um incremento populacional de 1.000.560 habitantes sendo que Goiânia contribuiu com 20,88% desse total e a RM de Goiânia participou com 42,96%. Esta concentração populacional está relacionada com uma série de variáveis, sendo que a variação de empregos e o processo migratório no estado é um importante indicador de concentração demográfica em Goiânia.

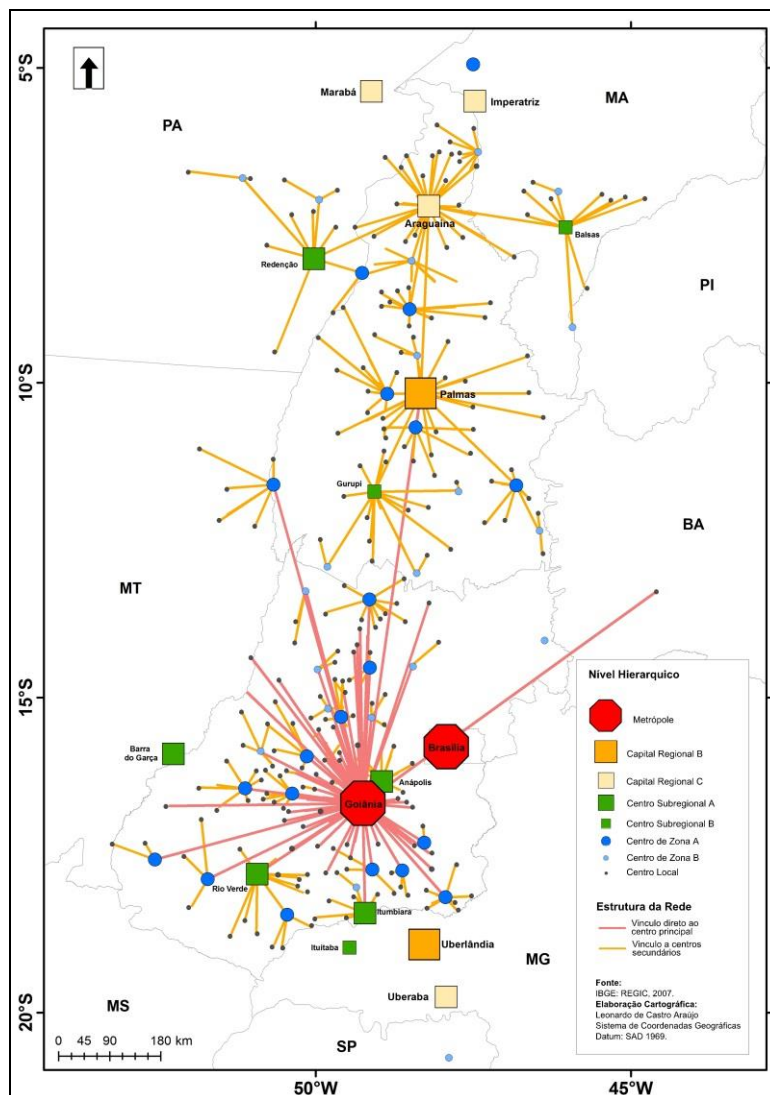
A concentração populacional colabora para a formação de um mercado consumidor que é tributário ao desenvolvimento de uma série de seguimentos econômicos nessa ordem. Em um nível mais elementar, referente ao abastecimento alimentar, há um efeito direto na região, uma vez que o fluxo e a procura desse tipo de produto é de nível imediato. De tal modo, para hortaliças ou alimentos mais perecíveis, as distâncias devem ser menores no intuito de atender a eficácia do sistema de abastecimento e evitar perdas econômicas. A tendência desse seguimento é localizar-se próximo aos centros consumidores. A questão central é entender que a o mercado consumidor da metrópole goiana influencia na dinâmica da cadeia produtiva da região, seja no seguimento leiteiro, da horticultura, da avicultura etc.

A concentração populacional também é indutora e concentradora de seguimentos terciários - oferta de bens e serviços. Como aborda Castells (1983, p. 63), "a nova face de urbanização caracteriza-se por um predomínio do terciário, como motor desse crescimento" possuindo nas metrópoles seus maiores exemplos de poder territorial. Goiânia se destaca no cenário regional como centro de oferta de bens e serviços, muito deles de alto nível de especialização, abrangendo sua rede de influência para áreas de outros estados, como Mato Grosso, Tocantins e Bahia.

Para elaboração da rede urbana brasileira, ou das redes urbanas brasileiras, o IBGE definiu primeiro a hierarquia urbana e posteriormente a ligações entre os centros urbanos. Para a definição da hierarquia dos centros urbanos, privilegiou-se a “função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços” (REGIC 2007, p. 131). Outras pesquisas complementares também foram realizadas para melhor detalhar os centros urbanos e garantir a inclusão de centros especializados. Tais pesquisas contemplaram “diferentes equipamentos e serviços – atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, Internet, redes de televisão aberta, e transporte aéreo” (REGIC 2007, p. 131). A rede urbana é aprendida, por tanto, pela síntese dos elementos apresentados. A figura 03 apresenta os resultados para a rede urbana estabelecida pela dinâmica territorial de Goiânia.

Goiânia é classificada como metrópole 1C e sua área influência abrange a maior parte do território goiano, porção nordeste do Mato Grosso, Oeste Baiano, sul do Maranhão, sudeste do Pará e boa parte do território tocantinense. Sobre este último, é importante destacar que as relações estabelecidas entre Goiânia e os centros urbanos do estado do Tocantins se dá por ligações secundárias oriundas da relação direta entre a metrópole goiana e a capital regional, Palmas. Na região sul de Goiás há uma ramificação importante entre a capital e as capitais regionais Itumbiara e Jataí. Outro ponto importante a se destacar é a perda de força da ação territorial de Goiânia no nordeste goiano, devido à concorrência e a influência exercida por Brasília.

Figura 03 – Goiânia: rede urbana – 2007



Fonte: IBGE/REGIC, 2007

As ligações isoladas para comércio e serviços permitem visualizar dinâmicas especializadas que cumprem funções e direções diferentes no território brasileiro, conforme será apresentado no tópico a seguir.

O setor terciário e a rede urbana regional

O sistema de oferta de bens e serviços em um conjunto regional articulado, pressupõe a existência de uma rede técnica e uma situação geoeconômica específica. Goiânia se insere em um contexto urbano regional pouco equilibrado, constituindo na principal centralidade do estado, concentrando os principais aparelhos de oferta de bens e serviços, o que lhe assegura

as melhores condições de competitividade. Os aparelhos técnicos e científicos também foram assegurados, principalmente a partir da convergência de vias de circulação - rodoviárias e aéreas.

Retomando o conceito de centralidade, Arrais (2006, p. 99) referindo-se a realidade goiana refere-se ao termo enquanto uma condição que determina que uma cidade como Goiânia concentre "meios de consumo, serviços públicos, comércio, indústria, oportunidades de emprego, equipamentos de lazer etc., em detrimento e outras cidades de sua região". A tabela 01 contribui para visualizar esse quadro para Goiânia, uma vez que indica alguns valores socioeconômicos importantes que envolvem concentração e centralidade.

Tabela 01 - Indicadores de centralidade e hierarquia urbana de Goiânia - GO

Localidade	Categorias						
	População Total (2010)	Bancos (2011)	Cadastro de empresas (2010)	Instituições de ensino Superior (2000)	Vagas em cursos de Graduação Presenciais (2000)	Eleitores (2010)	Leitos (2010)
Goiânia	1.302.001	200	56.285	27	59.746	902.631	6.496
RMG	2.173.141	243	73.666	34	67.326	1.441.164	8.826
Estado de Goiás	6.003.788	617	-	80	113.073	4.061.371	18.788
Goiânia/RMG (%)	59,91	82,30	76,41	79,41	88,74	62,63	73,60
Goiânia/Estado (%)	21,69	32,41	-	33,75	52,84	22,22	34,58

Fonte: CENSO 2010, ASBAN, IBGE, INEP, TSE, DATASUS

Observa-se que Goiânia concentra 21,69% da população de Goiás, o que representa de imediato um valor significativo. Porém, a concentração nas outras categorias, ainda em relação a Goiás, também são bem expressivas, sendo 32,41% para os bancos, 33,75 para as instituições de ensino superior, 52,84% para as vagas de curso de graduação, 22,22% para o número de eleitores e 34,58 para o número de leitos hospitalares. Dois valores chamam bastante a atenção: primeiro a concentração de vagas em cursos de graduação presenciais, o que demonstra ainda grande concentração em termos de número e qualidade das instituições. Segundo, diz respeito ao número de eleitores que faz da capital um grande "celeiro eleitoral" com grande poder político.

A concentração de determinadas atividades nas grandes cidades segue uma tendência de se territorializar em determinados espaços da cidade, formando áreas funcionais. Esses espaços são resultados tanto da dinâmica regional que interfere na organização dos espaços

intra-urbanos, como aponta Amorim Filho (2005), mas também pela própria dinâmica interna da cidade. O certo é que alguns setores da metrópole exercem algumas funções para além da cidade. É o caso, por exemplo, em Goiânia, do setor aeroporto com as atividades especializadas em saúde, e as áreas circunvizinhas à rodoviária especializadas no comércio varejista e atacadista de vestuários e acessórios.

A tabela 02 a seguir demonstra a composição do quadro de emprego no município de Goiânia em janeiro de 2012.

Tabela 02 - Perfil do emprego formal de Goiânia em 1º janeiro de 2012 entre as principais áreas (%).

Categorias	Total (absoluto)	Indústria da transformação (%)	Construção civil (%)	Comércio (%)	Serviços (%)	Administração pública (%)
Empregados	427.984	12,42	11,90	24,63	44,10	4,71
Variação nos últimos 12 meses	25.057	7,88	21,38	14,02	55,19	1,27
Total de estabelecimentos	78.387	10,72	5,57	39,73	41,73	0,20

Fonte: RAIS. Ministério do Trabalho e Emprego

Essa posição de Goiânia como centro de oferta de bens e serviços repercute diretamente na formação do perfil de emprego do município. Neste período as atividades de comércio e serviços juntas representaram 68,73 % dos empregados, 69,21 da variação de empregos nos últimos 12 meses e 81,46% dos estabelecimentos empregadores. Há um destaque neste quadro para as atividades de serviços.

Segundo Corrêa (1994, p.48) "a rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho" como pode ser observado na tabela anterior. As principais funções econômicas de uma cidade repercutem na formação do seu quadro de ocupações que insere nas localidades as características socioeconômicas de cada emprego. Esses elementos possibilitam a leitura das dinâmicas regionais, como destaca Fresca (2010, p. 119-120):

Rede urbana e divisão territorial do trabalho constituem um conjunto analítico pelo qual pode-se ter um entendimento do desenvolvimento regional e urbano. A divisão territorial do trabalho é fruto da diferenciação interna do espaço provocada pela expansão do capital. Isso significa que no

conceito de divisão territorial do trabalho está implícito o conceito de divisão social do trabalho formulado por Marx.

O efeito direto do setor terciário na economia do município pode ser observado também na composição do PIB municipal (Tabela 03). As atividades relacionadas à agropecuária, tanto para Goiânia como para região metropolitana, são pouco expressivas no quadro geral. Já as atividades industriais representam 15,36% do total do PIB municipal e 16,36% do PIB industrial do estado. O setor forte do município é constituído pelo setor terciário que representa 69,87 do PIB municipal e 33,54% do PIB do estado. Em relação a Região metropolitana, percebe-se que nos setores da indústria e dos serviços os valores são predominantemente dados pelos atributos de Goiânia.

Tabela 03 - Goiás, RM de Goiânia e Goiânia: Composição do Produto Interno Bruto (2009) por setores

Localidades	PIB (R\$ Mil)	Agropecuária		Indústria		Serviços	
		Composição do PIB (%)	Participação no PIB agropecuário do Estado (%)	Composição do PIB (%)	Participação no PIB Industrial do Estado (%)	Composição do PIB (%)	Participação no PIB Serviços do Estado (%)
Estado de Goiás	85.615.344	12,37	100	23,84	100	52,03	100
RM Goiânia	31.520.069	1,25	3,73	17,06	26,35	67,97	48,09
Goiânia	21.386.530	0,13	0,26	15,36	16,10	69,87	33,54

Fonte: IMB/Segplan

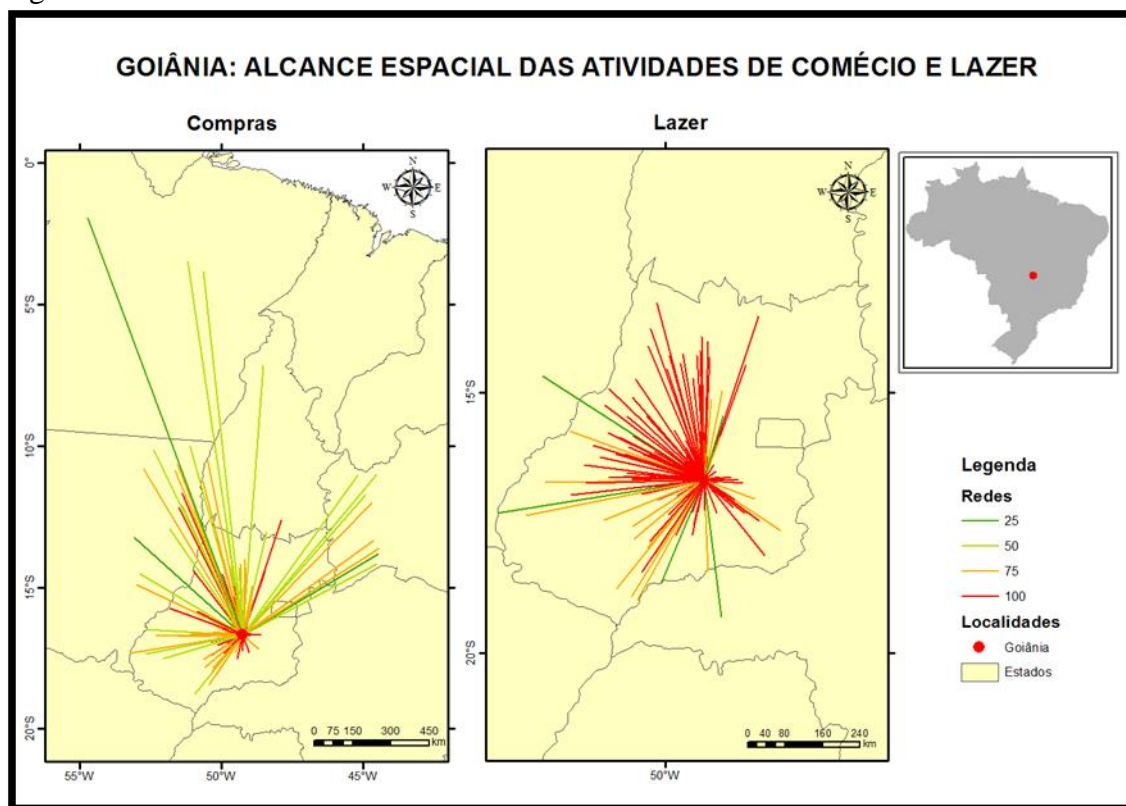
Esta capacidade de ofertar de bens e serviços contribui para definir a área de influência da metrópole Goiana, que é determinada a partir da relação entre sua área de influência e de outros centros de médio e grande porte como, por exemplo, Cuiabá, Palmas e Brasília. Além disso, outro fator importante a ser tratado diz respeito ao tipo de seguimento de serviço ou comércio que contribui para o desenvolvimento de uma rede urbana e seu respectivo alcance espacial.

No intuito de analisar o alcance espacial da centralidade e da gestão territorial de Goiânia, foi elaborado uma espacialização de dados vetoriais sobre ligações entre centros urbanos no que diz respeito à atividade de saúde, de compras, de lazer e de educação superior (FIGURA 06 e 07) em um nível de prioridade que vai de 25 (mais baixo) à 100 (mais alto).

Essas categorias são grandes indicadoras de atração e centralidade. A base de dados faz parte da pesquisa REGIC 2007, realizada pelo IBGE no intuito de analisar a evolução da dinâmica da rede urbana brasileira. Na elaboração dos mapas optou-se apenas na utilização das ligações diretas com Goiânia. Não foram inseridos nos mapas as localizações das demais centralidades e suas respectivas hierarquias. Estes procedimentos prejudicam a amplitude da análise, no entanto se justificam por uma preocupação gráfica.

A figura 04 indica as ligações entre centros urbanos e Goiânia em relação às atividades de compra e lazer. Sobre as atividades de compras, observa-se uma maior integração de Goiânia com o oeste da Bahia, norte de Tocantins, meio-leste e nordeste do Mato Grosso, centro do Amazonas e claro, com boa parte do território goiano. As atividades de lazer mantém relações mais restritas ao estado, principalmente com a região metropolitana e o centro goiano que são as região imediata da metrópole, e as regiões oeste, noroeste e norte goiano.

Figura 04 – Goiânia: Alcance Espacial das Atividades de Comércio e Lazer – 2007.



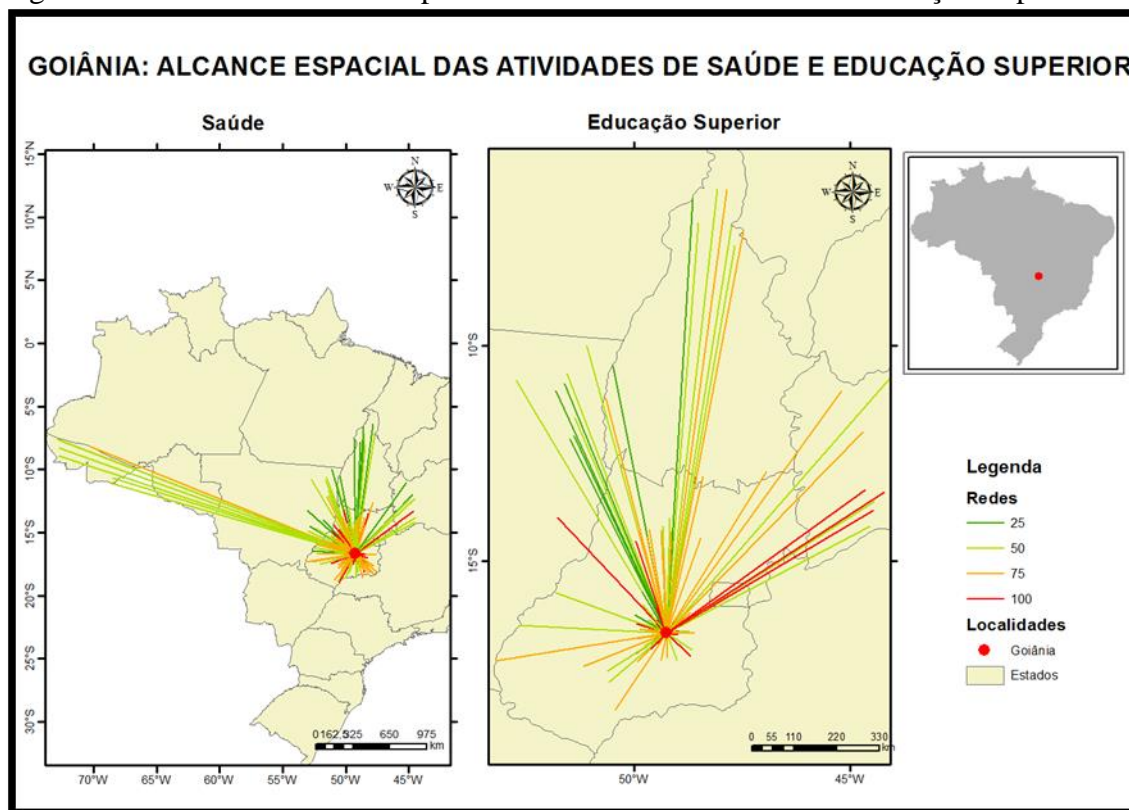
Fonte: Regic 2007/ IBGE – Elaborado pelo autor

A figura 05 representa as ligações referentes às atividades vinculadas aos serviços de saúde e de educação superior. As atividades de saúde demonstram as ligações mais

longínquas, se estendendo ao oeste da Bahia, norte de Tocantins, meio-leste e nordeste do Mato Grosso e boa parte dos estados do Acre e Goiás. As ligações estabelecidas referente a oferta de cursos superiores apresentam um padrão semelhante, concentrando-se no nordeste de Mato Grosso, norte do Tocantins, oeste da Bahia e Goiás.

O quadro de informações apresentadas indica que os deslocamentos relacionados à procura de bens e serviços sediados em Goiânia, se originam principalmente do meio-norte do país. O mesmo acontece em relação ao território goiano, do qual os principais deslocamentos partem das regiões do centro, do noroeste e do norte goiano. Esta questão está pautada no modelo de desenvolvimento urbano da região, que é formada em grande parte por pequenos centros urbanos incapazes de exercer centralidades de maior nível. Na porção sul de Goiás, ao contrário, as cidades de Catalão, Itumbiara e Rio verde, por exemplo, conseguem exercer algumas funções terciárias no âmbito regional, obviamente de acordo com os níveis de centralidade do qual fazem parte.

Figura 05 – Goiânia: Alcance Espacial das Atividades de Saúde e Educação Superior.



Fonte: Regic 2007/ IBGE - Elaborado pelo autor.

Por fim, cabe ressaltar o papel exercido por Brasília na divisão da rede urbana do Centro-Oeste, visto que a área de influência de Goiânia "concorre" com a de Brasília. Esta

questão fica nítida na figura 04 ao abordar os deslocamentos de lazer, no qual se observa um grande vazio em termos de deslocamentos formado nas áreas circunvizinhas da capital federal. Goiânia e Brasília são as duas grandes metrópoles do Cerrado e exercem funções importantes no contexto regional.

Considerações Finais

Os estudos de rede urbana possibilitam compreender a dinâmica territorial que se sustenta em uma dada região, principalmente abordando questões sobre hierarquia e integração urbana. Dessa forma avaliou-se neste trabalho a significação dos conceitos de centralidade e gestão territorial para os estudos de rede urbana buscando como foco a dinâmica desprendida por Goiânia. Os principais apontamentos serão apresentados a seguir.

A gestão do território está muito relacionada à dinâmica territorial de Goiás. Isso se dá principalmente pela sua condição de capital e pela concentração de instituições públicas e privadas. Grande parte das maiores empresas localizadas no aglomerado metropolitano são filiais ou sub-sedes que exercem funções produtivas e administrativas no âmbito local vinculadas as atividades de gerência advindas de suas sedes localizadas em outros centros do país. No entanto, a gestão do território, entendida aqui como capacidade de interferir na dinâmica territorial de outras localidades, é efetivada também em regiões de outros estados, principalmente no que confere a dinâmica de fluxos.

A função terciária é primaz para Goiânia e sua importância extrapola os limites metropolitanos. A área de influência da metrópole goiana abrange ligações com estados do meio-norte do país, como Mato-Grosso, Bahia, Tocantins, Pará e Acre. Goiânia cumpre o papel de centro de referência e oferta de serviços de saúde para a região Norte do país diante da precariedade e escassez de serviços especializados dessa natureza. É bem comum a presença de pessoas dessas regiões em hospitais e clínicas de Goiânia a procura de serviços especializados ausentes em suas localidades de origem. O comércio atacadista de vestuário e acessórios também são muito evidente em Goiânia, atraindo comerciantes do interior goiano e de outros estados como Mato-Grosso, Tocantins, Pará, Bahia e Brasília.

Referências

- AMORIM FILHO, O. B. Um modelo de zoneamento morfológico-funcional do espaço intra-urbano das cidades médias de Minas Gerais. in: AMORIM FILHO, O. B.; SENA FILHO, N. (Org.). **A morfologia das Cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.
- ARRAIS, T. A. Acionando territórios: a mobilidade na região metropolitana de Goiânia e em aparecida de Goiânia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 26, n. 1, p 91 – 114, 2006.
- _____. **A produção do território goiano: economia, urbanização e metropolização**. Goiânia: Editora UFG, 2013.
- ARRIEL, M. F. **Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana (1999-2007)**. 2010. Dissertação (mestrado em desenvolvimento e planejamento territorial – MDPT) – Departamento de Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- _____. Os centros de gestão do território: uma nota. **Território**, Rio de Janeiro, v 01, n 01, p. 23-30, 1996.
- _____. **O espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C. & CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia, Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação de Goiás**. Goiânia: Editora do Autor, 1998.
- FRESCA, T. M. Rede urbana e divisão territorial do trabalho. **Geografia**, Londrina, v. 19, n. 2, p 115-128, 2010.
- GOTTMANN, J. A dinâmica das grandes cidades. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, 1976.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades: 2007**. Rio de Janeiro, 2008.
- LEME, H. J. C. A espacialidade do desenvolvimento: as cidades na Região Centro-Oeste. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F.(Org.). **Regiões e cidades, cidades e regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 621-634.
- PEIXINHO, D. M. **A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio**

Verde (GO). 2006. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza – CNMN, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo** - Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

SOUZA, M. J. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPÓSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Território**, Rio de Janeiro, v 04, p. 27-37, 1998.

VALOR 1000. **Mil maiores empresas e as campeãs em vinte e cinco setores e cinco regiões**. In: Valor 1000. São Paulo: Valor Econômico, v. 11, 2011.